



AH

ARQUEOLOGIA & HISTÓRIA

Revista da Associação
dos Arqueólogos Portugueses

Volumes 64-65
2012-2013

150 ANOS
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES


ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES

RESUMOS DAS COMUNICAÇÕES NÃO REMETIDAS

GRUTA DO ESCOURAL (MONTEMOR-O-NOVO). INVESTIGAÇÃO, VALORIZAÇÃO E GESTÃO DE UM SÍTIO PARADIGMÁTICO DA PRÉ-HISTÓRIA PORTUGUESA: BALANÇO CRÍTICO, NO CINQUENTENÁRIO DA SUA DESCOBERTA

António Carlos Silva e Frederico Regala – Direcção Regional de Cultura do Alentejo

Graças à rápida e oportuna intervenção de Farinha dos Santos, a Gruta do Escoural foi objecto desde a sua descoberta em Abril de 1963 do que poderemos chamar um programa de intervenção abrangente e pouco habitual ao tempo, envolvendo desde logo uma tripla perspectiva de protecção, estudo e divulgação pública. É verdade que, à época, não existiam na arqueologia portuguesa nem estruturas, nem experiência, nem conceitos ou modelos que enquadrassem projectos daquela natureza, resultando situações excepcionais, como a do Escoural, de um certo voluntarismo pessoal, normalmente alicerçado no apoio directo, de tipo “baronato”, neste caso protagonizado por Manuel Heleno enquanto Director do Museu Nacional de Arqueologia. Ainda assim foram tomadas, num prazo relativamente curto, medidas adequadas e eficazes de salvaguarda, realizadas escavações e criadas

condições mínimas de visita pública, firmando no panorama da arqueologia pré-histórica portuguesa, um sítio que mais tarde conheceria novos programas de investigação e de valorização e que hoje está sob a gestão directa das estruturas descentralizadas da Secretaria de Estado da Cultura.

A VALORIZAÇÃO DO SANTUÁRIO DA FONTE DO ÍDOLO – BRACARA AUGUSTA

Paula Silva – Direcção Regional da Cultura do Norte
Francisco Sande Lemos – Universidade do Minho

A Fonte do Ídolo foi referida pela primeira vez por Jerónimo Contador de Argote na sua conhecida obra: *De Antiquitatibus Conventus Bracaraustani* (1728). O apontamento resume-se a uma breve descrição do local, das figuras insculpidas no afloramento granítico e leitura parcelar das inscrições. Inclui também uma representação na qual o Santuário é “deslocado” do contexto original para um cenário bucólico, o que é estranho pois o monumento jazia no subsolo inserido numa mina de água coberta, sendo necessário descer vários degraus para o observar. Assim o descreve Leite de Vasconcelos, o primeiro investigador que efectuou um estudo aprofundado do Santuário, aproveitando sucessivas deslocações a Braga nos finais do século

XIX e primórdios do seguinte. A sua interpretação da Fonte do Ídolo ficou registada no II Volume das Religiões da Lusitânia (1905) e estende-se por várias páginas. No mesmo volume foi editado o excelente levantamento efectuado por um desenhador da Direcção da Obras Públicas (D.R. Barbosa) provavelmente mandado executar a pedido de Leite de Vasconcelos. Para além disso o Director do Museu Etnológico preconiza um amplo programa de estudo e recuperação do monumento. Esse objectivo foi cumprido, parcialmente, na década de 30 do século XX. O terreno foi adquirido pela CMB e transferida a sua posse para o Património do Estado, após o que a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais desmontou a mina, levantou um muro em alvenaria delimitando a envolvente próxima e construiu um corredor de acesso a partir da Rua do Raio bem como as escadas que desciam até a um lajeado frontal ao afloramento rochoso. Todavia as obras apenas foram acompanhadas de modo muito sumário por Carlos Teixeira (1938) e a Fonte do Ídolo passou a estar exposta às variações atmosféricas.

De qualquer modo o acesso ao sítio ficou facilitado, tendo sido estudado por sucessivas gerações de investigadores, que ao longo do século XX propuseram diversas leituras tanto das representações e epígrafes, como do seu contexto.

No último quartel do século XX o estado de abandono cada vez maior do Monumento suscitou críticas da Imprensa bracarense e da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. Em 2002 a DGMEN decidiu elaborar, financiar e executar um programa de valorização, delineado e dirigido por um dos autores (Paula Siva), articulado com trabalhos arqueológicos da responsabilidade da UAUM (Francisco Sande Lemos), intervenção cujos aspectos essenciais ora se descrevem. Concluiu-se, deste modo, o projecto esboçado por Leite de Vasconcelos, cerca de um século depois.

Terminadas as obras a propriedade do monumento transitou para a CMB e o Monumento está aberto ao público, no quadro dos sítios de Bracara Augusta, geridos pela autarquia. A Fonte do Ídolo continua a ser tema de novos estudos científicos e

leituras, pois muitas interrogações persistem e assim será, por certo, nos próximos séculos, mas num novo contexto de conservação, usufruto público e acesso a investigadores.

UMA REFLEXÃO SOBRE O CONCEITO DE VALORIZAÇÃO: OS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DO ALENTEJO E DO ALGARVE HOJE

Filomena Barata – Direcção-Geral do Património Cultural

Os Itinerários Arqueológicos do Alentejo e do Algarve surgem na sequência da assinatura de um acordo de colaboração, signado em Miróbriga em 1999, entre o Ministério da Cultura, através do Instituto Português do Património Arquitectónico, e da Secretaria de Estado do Turismo, através do Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo, dando origem a um Programa de Acções Estruturantes, “Itinerários Arqueológicos do Alentejo e do Algarve”, que tinha por objectivo a valorização cultural e turística de um conjunto de Sítios Arqueológicos, através do seu melhor conhecimento e conservação e ainda da criação de infra-estruturas de acolhimento público e de interpretação.

O programa contemplava inicialmente os seguintes Sítios Arqueológicos: Ruínas da cidade romana de Miróbriga, Santiago do Cacém; Villa romana de Pisões, Beja; Povoado pré-histórico de Santa Vitória, Campo Maior; Villa romana de Santa Vitória do Ameixial, Estremoz; Campo Arqueológico de Mértola; Villa romana de S. Cucufate, Vidigueira; Villa romana de Torre de Palma; Monforte; Parque Arqueológico do Escoural, Montemor-o-Novo e Évora; Parque Arqueológico do Castro da Cola, Ourique; Villa romana de Milreu, Faro; Villa romana da Abicada, Portimão; Monumentos megalíticos de Alcalar, Portimão; Villa romana do Cerro da Vila, Loulé.

Passados quase 15 anos sobre a assinatura do Protocolo, há que fazer uma séria reflexão sobre o papel que os mesmos tiveram na alteração dos conceitos de “valorização dos Sítios arqueológicos” e um balanço dos seus pontos fortes e fracos.

RUÍNAS ROMANAS DE TRÓIA: A PRIMEIRA FASE DE VALORIZAÇÃO DE UM SÍTIO SINGULAR

Inês Vaz Pinto – CEAUCP/Troiãresort

Ana Patrícia Magalhães e Patrícia Brum – Troiãresort

Entre 2007 e 2010, ao abrigo de um protocolo entre a IMOAREIA e o IPA e o IPPAR, desenvolveu-se no sítio arqueológico de Tróia um projecto de valorização de uma parte nuclear desta estação.

Esta valorização teve diversas etapas que serão ilustradas nesta apresentação, desde a desmatção, o desafoamento de areias e a escavação à concepção de um projecto de valorização, trabalhos de conservação e restauro e implementação das infra-estruturas necessárias à visita do sítio.

Nesta valorização procurou-se respeitar as próprias ruínas romanas dando-lhes o máximo realce possível, e seguiu-se o princípio da intervenção mínima, buscando-se soluções pouco intrusivas e discretas para os imprescindíveis percursos de visita e sinalética.



ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES
1863–2013

www.arqueologos.pt